40 responsabilidade dezembro 2005 PARLAMENTO PAULISTA

Servidores acompanharam atentamente a exposição do

secretário-chefe da Casa Civil

Arnaldo Madeira, sobre programa de gestão de pessoal do governo

de São Paulo. A audiência públi-

ca foi promovida pela Comissão

O palco das discussões

Comissões temáticas concentram maior parte da atividade parlamentar. Em 2005, trataram em 416 reuniões questões de interesse dos paulistas



A opinião pública, em geral, considera como atividade parlamentar essencialmente a presença do político no plenário do Legislativo para votar. Acredita ainda que o debate entre os representantes populares se trava apenas naquela arena. Assim, a tribuna do Parlamento deveria estar sempre ocupada. A complexidade da organização social contemporânea, a diversidade de visões da realidade, a convivência dessas em um ambiente democrático e a própria necessidade que a sociedade tem de obter respostas rápidas e consistentes às suas inquietações fazem com que o Poder Legislativo tenha, obrigatoriamente, de encontrar métodos mais eficazes para incorporar todas essas variáveis em seu trabalho, se quiser se manter como instituição política representativa das vontades e dos anseios da população.

Quem deseja acompanhar as verdadeiras discussões entre parlamentares,

seguir as negociações para o encaminhamento de projetos e verificar quais são as preocupações das pessoas que mais chamam a atenção de seus representantes deve voltar o seu olhar e os seus ouvidos para o trabalho desenvolvido pelos deputados nas Comissões Permanentes.

"Hoje, esse é o grande palco da atuação parlamentar. É lá que as idéias são discutidas em minúcias, o contraditório é explicitado, o conhecimento exercitado e é, especialmente, um espaço para que a criatividade construtiva seja estimulada em benefício da sociedade", declara o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia (PFL).

As Comissões Permanentes são formadas por deputados indicados para compô-las, por dois anos. Elas têm o poder de discutir e apreciar projetos de lei, emendas e outras proposições, antes de sua votação em Plenário.

O primeiro parecer dado a um projeto de lei é a respeito de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Essa análise é realizada pela Comissão de Constituição e Justiça. Caso não seja considerado inconstitucional, o projeto de lei poderá, então, seguir para a apreciação de até duas Comissões Temáticas, correspondentes ao assunto em discussão.

Existem 20 Comissões Permanentes na Assembléia Legislativa com atuação definida pelo seu Regimento Interno. O preenchimento de suas vagas se dá por acordo entre os partidos interessados, respeitando-se a proporcionalidade e o número de lugares reservados a cada legenda, em cada comissão.

"Com a eleição da atual Mesa Diretora, a Assembléia Legislativa voltou a exercer as suas atribuições com independência e de acordo com as suas tradições democráticas. As Comissões Permanentes têm hoje equilíbrio entre as forças partidárias existentes. Isso porque, na composição de seus membros, foi respeitada a proporcionalidade de cada partido, como manda o Regimento Interno. Em 2005 elas funcionaram melhor em todos os aspectos. Exemplo disso foram as 49 audiências públicas realizadas em todas as regiões de governo do Estado, para debater e buscar subsídios para

a elaboração do Orçamento de 2006, uma demonstração de que o Poder Legislativo pode e deve abrir espaço para a participação dos cidadãos e cidadãs", afirma o primeiro-secretário do Parlamento estadual, deputado Fausto Figueira (PT).

A Mesa Diretora é, na verdade, uma entusiasta da criação de mecanismos que aperfeiçoem e valorizem as atividades desses grupos de trabalho. "Vamos fazer alterações nas normas de funcionamento da Assembléia e oferecer melhores condições de atuação para que as comissões se tornem organismos cada vez mais prestigiados e mais intensos", declara o presidente Garcia.

A importância dos trabalhos das comissões pode ser diagnosticada por seus "índices de produtividade":

- Foram realizadas 416 reuniões, sendo 110 audiências públicas (sessões abertas à participação popular). As demais foram para discussões entre os parlamentares e autoridades ou especialistas convidados;
- No total, aconteceram mais de 840 horas de debates sobre assuntos de interesse da sociedade paulista;
- Só a Comissão de Finanças e Orçamento realizou 55 para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento de 2006;
- 12 secretários estaduais estiveram presentes em sessões das comissões para prestar esclarecimentos sobre os atos do Executivo paulista;
- 3.030 trabalhos parlamentares (propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, projetos de lei complementar, moções etc.).

As atas de todas as reuniões das Comissões Permanentes estão diponíveis para o público no portal da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no endereço www.al.sp.gov.br.

Leia a seguir um breve relato das atividades das comissões temáticas do Parlamento paulista.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EFETIVOS

Jonas Donizette

Arnaldo Jardim

Presidente » Cândido Vaccarezza (PT) Vice-presidente » Giba Marson (PV)

Donisele Draga	r i
Analice Fernandes	PSDB
Milton Vieira	PFL
Conte Lopes	PTB
Baleia Rossi	PMDB
Vinicius Camarinha	PSB
Roberto Morais	PPS
OUD OTITUTOO	DARTIDO
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Enio Tatto	PAKTIDU PT
Enio Tatto	PT
Enio Tatto Ítalo Cardoso	PT PT
Enio Tatto Ítalo Cardoso Edson Aparecido	PT PT PSDB
Enio Tatto Ítalo Cardoso Edson Aparecido Edmir Chedid	PT PT PSDB PFL
Enio Tatto Ítalo Cardoso Edson Aparecido Edmir Chedid Campos Machado	PT PT PSDB PFL PTB

PSB

PPS

Todas as matérias passam pela análise desta comissão quanto a sua constitucionalidade. Em 2005, os destaques na comissão foram o projeto de lei 530/2004, que obriga as universidades e faculdades públicas a destinar, no mínimo, 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino, para afrodescendentes e para indí-

genas, e a aprovação do parecer ao projeto de lei complementar 18/2005, do Executivo, que cria a Defensoria Pública estadual. Ainda sob análise da comissão estão o projeto de lei 6/2005, do Executivo, sobre a reorganização da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e a consolidação das 22 mil leis estaduais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uhiratan Guimarães

Ricardo Castilho

Presidente » Rosmary Corrêa (PSDB) Vice-Presidente » Paulo Sérgio (PV)

EFETIVOS	PARTIDO PARTIDO
Roberto Felício	PT
Sebastião Almeida	PT
Wagner Salustiano	PSDB
Edmir Chedid	PFL
Edson Ferrarini	PTB
Simão Pedro	PT
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Beth Sahão	PT
Edson Aparecido	PSDB
Célia Leão	PSDB

Alguns dos principais temas tratados pela comissão em 2005 foram a implantação de equipamentos de economia de água nos edifícios utilizados pela administração, a readequação de prédios públicos às normas ambien-

PTB

PV

tais, o reuso de água não-potável na administração pública. Na instituição de Política de Saúde no Trabalho para o servidor público. Na área da internet, o destaque foi criação do Provedor Público do Estado de São Paulo.

A comissão analisou também o projeto de lei complementar 31/2005, que altera a forma de pagamento de pensões e benefícios aos dependentes do servidor público estadual.

DIREITOS HUMANOS

Presidente » Ítalo Cardoso (PT) Vice-presidente » cargo vago

EFETIVOS	PARTIDO
Hamilton Pereira	PT
Ana do Carmo	PT
Havanir Nimtz	PSDB
Rosmary Corrêa	PSDB
Milton Vieira	PFL
Sebastião Machado	PV
Ana Martins	PCdoB
SUBSTITUTOS	PARTIDO
Renato Simões	PT
Carlos Neder	PT
Beth Sahão	PT
José Carlos Stangarlini	PSDB
Edson Anarecido	PSDB

A situação da Febem e a seqüência de rebeliões na unidade Tatuapé, além

PTB

PCdoB



A decisão da Justiça paulista de rejeitar denúncias contra policiais acusados de mortes no centro de São Paulo foi motivo de discussão da Comissão de Direitos Humanos, que reuniu padre Julio Lancelotti (esq.), o promotor de Justiça Maurício Ribeiro Lopes e o deputado Ítalo Cardoso (PT)



Waldir Agnello

Ricardo Castilho

Nivaldo Santana

A Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo deputado Caldini Crespo (PFL), ouviu explicações do secretário estadual da Fazenda, Eduardo Guardia (segundo da esq. para a dir.), sobre a política do governo do Estado para a previdência dos funcionários públicos

da criação da Defensoria Pública no Estado de São Paulo, foram os principais temas tratados pela comissão em 2005. A nova estruturação do SOS Racismo e a aprovação do parecer sobre o projeto de lei que propõe a criação da Delegacia Itinerante Anti-Racismo também fizeram parte dos trabalhos. A comissão coordenou ainda debate sobre a atuação das polícias do Estado de São Paulo em relação aos movimentos sociais e em áreas de ocupação.

A comissão entregou, em dezembro, o 9º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos. Foram dois premiados: o Movimento pela Defensoria Pública, indicado pela Comissão Teotônio Vilela e representado por Antonio Maffezoli, e a advogada Valdênia Aparecida Paulino, defensora dos direitos humanos, que vem denunciando a violência e a corrupção policial em Sapopemba (bairro da região leste da capital).

ESPORTES E TURISMO

EFETIVOS

Enio Tatto

Sebastião Arcanio

Presidente » Rogério Nogueira (PDT) Vice-presidente » Paulo Sérgio (PV)

Alberto Hiar	PSDB
Celino Cardoso	PSDB
Arthur Alves Pinto	PL
SUBSTITUTOS	PARTIDOS
Maria Lúcia Prandi	PT
Renato Simões	PT
Wagner Salustiano	PSDB
Mauro Bragato	PSDB
Souza Santos	PL
José Dílson	PDT
Sebastião Machado	PV

PARTIDO

РΤ

O secretário de Esportes e Lazer, Lars Grael, convidado pela comissão, falou de sua gestão. Grael ouviu as sugestões dos deputados e concordou com a existência de dificuldades administrativas derivadas do baixo orçamento da secretaria, o menor da administração estadual.

SAÚDE E HIGIENE

Presidente » Waldir Agnello (PTB) Vice-presidente » José Dílson (PDT)

EFETIVUS	PAKTIDO
Carlos Neder	PT
Beth Sahão	PT
Pedro Tobias	PSDB
Milton Flávio	PSDB
Milton Vieira	PFL
Souza Santos	PL
Ricardo Castilho	PV
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Adriano Diogo	PT
Vandorloi Siraguo	DT

SUBSTITUTOS	PARTIDO
Adriano Diogo	PT
Vanderlei Siraque	PT
Analice Fernandes	PSDB
Wagner Salustiano	PSDB
Roberto Alves	PTB
Arthur Alves Pinto	PL
Sebastião Machado	PV
Rogério Nogueira	PDT

A comissão discutiu, entre outros temas, o atendimento aos portadores de deficiência realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), a situação do Sistema Único de Saúde, a falta de financiamento da saúde pública no Brasil e o projeto de lei 324/2004, sobre isenção tarifária no transporte intermunicipal aos portadores de doenças crônicas ou degenerativas, que necessitem de tratamento continuado. Aprovou o parecer favorável ao projeto de lei 294/2004, que autoriza o Poder Executivo a criar o Banco Estadual de Células-Tronco, ao projeto de lei complementar 74/2005, que obriga a inserção, nas embalagens de produtos alimentícios destinados às pessoas que não toleram a ingestão de açúcar ou gordura, de informações sobre a ausência desses ingredientes em sua composição. Também deu parecer favorável ao projeto de lei 334/2004, que institui o Programa Permanente do Transplante de Medula Óssea (Pró-Medula) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente » José Caldini Crespo (PFL) Vice-presidente » Enio Tatto (PT)

EFETIVOS .	PARTIDO PARTIDO
Mário Reali	PT
Vaz de Lima	PSDB
Edmir Chedid	PFL
Waldir Agnello	PTB
Paulo Sérgio	PV
Jorge Caruso	PMDB
Vitor Sapienza	PPS

SUBSTITUTOS	PARTIDOS
Cândido Vaccarezza	PT
Roberto Felício	PT
Vanderlei Macris	PSDB
Aldo Demarchi	PFL
Eli Corrêa Filho	PFL
Campos Machado	PTB
Giba Marson	PV
Romeu Tuma	PMDB
Arnaldo Jardim	PPS

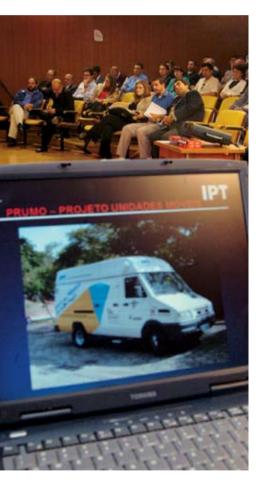
Para o deputado José Caldini Crespo (PFL), presidente da comissão, sem dúvida alguma o trabalho mais importante desenvolvido pela Comissão

Em 19 de outubro, a Comissão de Assuntos Metropolitanos tratou de propostas para a Conferência Nacional das Cidades



de Finaças e Orçamento, em 2005 foi a série de 49 audiências públicas realizadas de agosto a outubro nas cidades-sede de região de governo do Estado, abrangendo todos os 645 municípios paulistas.

Essas audiências são inéditas na história da Casa, pois nunca antes foi desenvolvido um esforço planejado para colher opiniões populares com efetiva representatividade sobre como e onde o governo deve aplicar o dinheiro dos impostos.



A Comissão de Economia e Planejamento reuniu no auditório Teotônio Vilela empresários e especialistas do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para debate a respeito de projetos de estímulo às micros e pequenas empresas

Os encontros proporcionaram ao cidadão, aos representantes de organizações sociais e às autoridades de cada região as ferramentas para que encaminhassem aos parlamentares suas propostas a respeito de gastos e investimentos do governo do Estado. Como a comissão já havia anunciado desde o início do processo, as principais demandas regionais foram transformadas em emendas coletivas. "Ao final desse processo de interação com a sociedade paulista, nós, da Comissão de Finanças e Orçamento, esperamos que a peça orçamentária de 2006 atenda ao máximo as necessidades regionais, representando com isso o fortalecimento do poder do cidadão", considera o deputado Crespo.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Presidente » Beth Sahão (PT) Vice-presidente » Adilson Barroso (PSC)

EFETIVOS	PARTIDO PARTIDO
José Zico Prado	PT
Pedro Tobias	PSDB
João Caramez	PSDB
Roberto Alves	PTB
SUBSTITUTOS	PARTIDO
Hamilton Pereira	PT
Simão Pedro	PT
Edson Aparecido	PSDB
Ricardo Tripoli	PSDB
Waldir Agnello	PTB

Assentamentos rurais no Estado e agricultura urbana como instrumento de desenvolvimento local sustentável foram temas de uma audiência pública realizada pela comissão.

Outro encontro, com a presença do secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Duarte Nogueira, serviu para debater dois projetos de lei de autoria do Executivo, o 549/2004, sobre uso, conservação e preservação de solo agrícola, e o 155/2002, que institui Fundo Especial de Despesa na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, iniciativa que tem por

finalidade prover recursos destinados a propiciar a expansão e o aperfeiçoamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento regional realizadas pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta).

A comissão deu parecer favorável ao projeto de lei 1.225/2003, que cria um documento específico de identificação para o produtor rural contendo um cadastro desses empreendedores e cédulas de identificação com os dados civis e fiscais. A comissão aprovou também linha de crédito especial para produtores de orgânicos.

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Waldir Agnello

Giba Marson

Vinicius Camarinha

Romeu Tuma

Presidente » Sebastião Almeida (PT) Vice-presidente » Ricardo Castilho (PV)

EFETIVOS	PARTIDO
Adriano Diogo	PT
Ricardo Tripoli	PSDB
Rodolfo Costa E Silva	PSDB
Marcelo Bueno	PTB
Baleia Rossi	PMDB
Valdomiro Lopes	PSB
Antonio Salim Curiati	PP
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Donisete Braga	PT
Ana do Carmo	PT
Rosmary Corrêa	PSDB
Vanderlei Macris	PSDB

PTB

PMDB

Acomissão recebeu representantes da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e da Petrobras Distribuidora, para tratar da fiscalização da qualidade dos combustíveis.

O diretor administrativo e financeiro do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), Francisco Emílio Baccaro Nigro, falou sobre adulteração de combustíveis.

Os integrantes da comissão debateram o caso das áreas contaminadas do Aterro Mantovani e foram ao município de Santo Antônio de Posse, na região de Campinas, onde ouviram a população atingida e cobraram do governo do Estado a despoluição da área.

Técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e representante da Dersa esclareceram os motivos do desmatamento de áreas de mananciais sem autorização. O corte da cobertura vegetal de locais que poderão fazer parte do traçado do trecho sul do Rodoanel foi denunciado por entidades de defesa ambiental, associações de moradores das margens das represas Billings e Guarapiranga.

A comissão discutiu também a legalidade de loteamentos em Ilhabela.

Outra audiência pública debateu o projeto de lei 85/2004, do Poder Executivo, que declara a bacia hidrográfica do Guarapiranga manancial de interesse regional para o abastecimento público e cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Na reunião seguinte, o parecer favorável ao projeto foi aprovado por unanimidade.

SEGURANÇA PÚBLICA

EFETIVOS

Presidente » Afanasio Jazadji (PFL) Vice-presidente » Vanderlei Siraque (PT)

Carlinhos Almeida	PT
Rosmary Corrêa	PSDB
Ubiratan Guimarães	PTB
Romeu Tuma	PMDB
Antonio Salim Curiati	PP
SUBSTITUTOS	PARTIDOS
SUBSTITUTOS Renato Simões	PARTIDOS PT
Renato Simões	PT
Renato Simões Antonio Mentor	PT PT
Renato Simões Antonio Mentor Celino Cardoso	PT PT PSDB

PARTIDO

Aprovou a isenção do pagamento de taxas relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação por policiais e bombeiros militares.

O Departamento Estadual de Trânsito vai controlar os estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos. De acordo com o projeto de lei 558/2003, aprovado em 30 de agosto pela Assembléia Legislativa, o desmanche só poderá ser realizado com autorização prévia do Detran, que credenciará os locais para comercialização das autopeças usadas e recondicionadas.

O projeto de lei 370/2004, aprovado na comissão, institui recompensa financeira a todo cidadão que voluntariamente promover a entrega de arma de fogo que possua a qualquer título.

O ex-delegado seccional de Campinas Miguel Voigt Júnior participou de reunião do órgão e rebateu denúncias de supostas irregularidades na contratação de empresa para operar sistema de guincho e recolhimento de veículos removidos pela polícia no município.

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

EFETIVOS

Roberto Felício

Presidente » Rodolfo Costa e Silva (PSDB) Vice-presidente » Renato Simões (PT)

Roberto Morais	PPS
Giba Marson	PV
Geraldo Lopes	PMDB
José Dílson	PDT
SUBSTITUTOS	PARTIDOS
Ítalo Cardoso	PT
Carlos Neder	PT
Vaz de Lima	PSDB
Vitor Sapienza	PPS
Campos Machado	PTB
Paulo Sérgio	PV
Jorge Caruso	PMDB
Edmir Chedid	PFL
Rogério Nogueira	PDT

PARTIDO

Compete a esta comissão fiscalizar os atos da administração direta e indireta do Estado, em especial para verificar a regularidade, eficiência e eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetos institucionais, e opinar, ainda, sobre proposições relativas à tomada de contas do governador e comunicação do Tribunal de Contas sobre ilegalidade de defesa decorrente de contrato.

O presidente da comissão, deputado Rodolfo Costa e Silva (PSDB), entende que há uma sobreposição de tarefas com a Comissão de Finanças e Orçamento. Segundo ele, é preciso agilizar os trabalhos do Legislativo paulista, razão pela qual pretende apresentar à Presidência da Casa uma proposta de redefinição das atribuições das duas comissões.

ASSUNTOS METROPOLITANOS

Presidente » Ana Martins (PCdoB) Vice-presidente » Paulo Sérgio (PV)

EFETIVOS	PARTIDO
Ítalo Cardoso	PT
Mário Reali	PT
Celino Cardoso	PSDB
Edmir Chedid	PFL
Marcelo Bueno	PTB
SUBSTITUTOS	PARTIDO
SUBSTITUTOS Sebastião Almeida	PARTIDO PT
Sebastião Almeida	PT
Sebastião Almeida Antonio Mentor	PT PT
Sebastião Almeida Antonio Mentor João Caramez	PT PT PSDB

A comissão presidida pela deputada Ana Martins (PC do B) realizou audiências públicas para debater a renovação de contratos firmados entre a Sabesp e municípios paulistas; a desapropriação de área de 9 quilômetros quadrados, onde vivem 4.500 famílias, para ampliação do aeroporto de Viracopos, localizado em Campinas; discutir o projeto de lei complementar 6/2005, de autoria do Executivo, que reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo e cria o Conselho de Desenvolvimento e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano paulista; e ouvir as explicações da EMTU sobre o uso do transporte coletivo na metrópole.

Dos debates realizados, destaca-se o do projeto que declara a bacia hidrográfica do Guarapiranga manancial

Em audiência pública, a
Comissão de Educação ouviu
entidades representativas dos
professores da rede estadual a
respeito dos critérios estabelecidos pela administração estadual
para participação em concurso
para o preenchimento de vagas
em escolas públicas



de interesse regional para o abastecimento público; e a adaptação a que os municípios serão submetidos pelo Estatuto das Cidades a partir de outubro de 2006, quando apresentarão seus planos diretores.

ECONOMIA E PLANEJAMENTO

EFETIVOS

Presidente » Sidney Beraldo (PSDB) Vice-presidente » Vinicius Camarinha (PSB)

Vicente Cândido	PT
Carlinhos Almeida	PT
Sidney Beraldo	PSDB
Mauro Bragato	PSDB
Vaz de Lima	PSDB
Vitor Sapienza	PPS
SUBSTITUTOS	PARTIDOS
Donisete Braga	PT
Sebastião Almeida	PT
Sebastião Almeida Roberto Engler	PT PSDB
	• • •
Roberto Engler	PSDB
Roberto Engler Edson Aparecido	PSDB PSDB

Presidida pelo deputado Sidney Beraldo (PSDB), a comissão promoveu audiências públicas, seminários e reuniões, com destaque para discussões, com empresários e especialistas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas sobre projetos de apoio à exportação, voltados a micro e pequenas empresas, e repasse de ICMS aos municípios paulistas.

Aprovou pareceres a projeto de lei que torna obrigatória a discriminação, em local visível para o consumidor, da porcentagem do preço dos produtos e serviços pagos a título de impostos; ao que autoriza o Poder Executivo a criar linha de crédito, especial e de longo prazo, para financiar Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); e a polêmica proposta de disciplinar cobrança em estacionamentos de shopping centers.

Audiência pública promovida pela comissão recebeu o secretário de Economia e Planejamento, Martus Tavares, para falar sobre a economia brasileira e o planejamento estratégico do governo estadual para 2006.

SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Presidente » Simão Pedro (PT) Vice-presidente » Sidney Beraldo (PSDB)

EFETIVOS	PARTIDO
Sebastião Arcanjo	PT
Vaz de Lima	PSDB
Edmir Chedid	PFL
Roberto Alves	PTB
Nivaldo Santana	PCdoB
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Adriano Diogo	PT
Mário Reali	PT
Rosmary Corrêa	PSDB
Ricardo Tripoli	PSDB
Eli Corrêa Filho	PFL
Ubiratan Guimarães	PTB
Ana Martins	PCdoB

Além das reuniões para análise de proposituras, a comissão presidida pelo deputado Simão Pedro (PT) destacou-se pela realização de audiências públicas. Ela recebeu presidentes das empresas de energia elétrica Eletropaulo, Bandeirante e Duke Energy para debater melhores condições de trabalho. Promoveu encontro com lideranças de movimentos sociais e moradores de áreas não-regularizadas para discutir a proposta de emenda constitucional

11/2003, que trata do tema. Cerca de 150 pessoas acompanharam os questionamentos da comissão ao secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, Mauro Arce, a respeito da privatização da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Emanuel Fernandes, secretário de Estado da Habitação, também compareceu à Assembléia para falar sobre as contas da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Presidente » Arnaldo Jardim (PPS) Vice-presidente» Ricardo Castilho (PV)

EFETIVOS	PARTIDO
Renato Simões	PT
Vanderlei Siraque	PT
José Carlos Stangarlini	PSDB
Milton Flávio	PSDB
Vanderlei Macris	PSDB
Souza Santos	PL
Arnaldo Jardim	PPS
Antonio Salim Curiati	PP

SUBSTITUTOS	PARTIDO
Cândido Vaccarezza	PT
Ítalo Cardoso	PT
Célia Leão	PSDB
Pedro Tobias	PSDB
Rosmary Corrêa	PSDB
José Caldini Crespo	PFL
Arthur Alves Pinto	PL
Vitor Sapienza	PPS
Sebastião Machado	PV

Compete ao grupo de trabalho dirigido pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS) opinar sobre proposições e temas relativos aos assuntos internacionais; fomentar a integração das representações consulares, sediadas no Estado, com a população paulista; implementar programas e gerar ações conjuntas com os Poderes Legislativos de âmbito estadual ou regional dos países do Mercosul, tendo em vista um fim comum; apoiar iniciativas que promovam entendimentos e intercâmbios com outros países, em especial os de língua portuguesa, bem como com organizações com atuação

internacional; divulgar as iniciativas do Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos; acompanhar o cumprimento de tratados, convenções e acordos internacionais no âmbito do Estado; apoiar processos de integração globalizada; desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à preservação da história, memória e influências culturais das nações.

CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Presidente » Célia Leão (PSDB) Vice-presidente » cargo vago

Marcelo Bueno

Arthur Alves Pinto

Vinícius Camarinha

PARTIDO
PT
PT
PSDB
PL
PSB
PARTIDO
PT
PT
PSDB
PSDB

PTR

Presidida pela deputada Célia Leão (PSDB), a Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia manifesta-se a respeito de proposições e assuntos referentes à cultura, inclusive artística, à ciência e à tecnologia, e à organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.

Melhorar a qualidade do ensino e tornar a universidade acessível para todos foram temas que levaram a comissão ao anfiteatro da USP Leste. Visitou, ainda, a sede da TV Cultura, a fim de conhecer melhor os projetos, programas e problemas existentes naquela instituição. Debateu, em audiência pública, a importância dos institutos de pesquisa no Estado, com representantes da sociedade civil organizada.

Destacam-se, dentre os projetos anali-

sados pelos integrantes da comissão, o que determina a inclusão de livros em cestas básicas distribuídas no Estado; e o que institui a Semana de Incentivo à Leitura no Estado.

ASSUNTOS MUNICIPAIS

Presidente» Ubiratan Guimarães (PTB) Vice-presidente » cargo vago

TETIVUS	PAKTIDU
Ana do Carmo	PT
Renato Simões	PT
Maria Lúcia Amary	PSDB
João Caramez	PSDB
/inicius Camarinha	PSB

SUBSTITUTOS	PARTIDO
José Zico Prado	PT
Mário Reali	PT
Vanderlei Macris	PSDB
Analice Fernandes	PSDB
Gilson de Souza	PFL
Jonas Donizette	PSB

A comissão dirigida pelo depu-

tado Ubiratan Guimarães (PTB), participou ativamente do lançamento da campanha Plano Diretor Participativo — Cidade de Todos, que reuniu parlamentares, prefeitos, vereadores, técnicos, engenheiros, arquitetos, representantes de associações de moradores e dos movimentos de moradia, para debaterem a elaboração, pelos municípios com mais de 20 mil habitantes, de seus planos diretores. Em 2005, foram apreciados projetos de lei complementar que versam sobre a instituição da Câmara Comum Metropolitana da Baixada Santista, do acréscimo do município de Morungaba à Região Metropolitana de Campinas e da criação da Região Metropolitana da Baixada Santista. Também estiveram na pauta da comissão proposituras referentes à concessão de moratória para município que instale incineradores de resíduos; proibição de utilização de catracas eletrônicas nos veículos de transporte coletivo; a vedação ao comércio ambulante

em trens administrados pelo Estado. Outro projeto apreciado estabelece critérios para acessibilidade de portadores de deficiência nos terminais ferroviários metropolitanos.

EDUCAÇÃO

EFETIVOS

Presidente » Maria Lúcia Prandi (PT) Vice-presidente » Geraldo Lopes (PMDB)

Roberto Felício	PT
Maria Lúcia Amary	PSDB
Edmir Chedid	PFL
Roberto Alves	PTB
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Vicente Cândido	PT
Carlinhos Almeida	PT
José C. Stangarlini	PSDB
Roberto Morais	PPS
Baleia Rossi	PMDB

PARTIDO

Presidida pela deputada Maria Lúcia Prandi (PT), a comissão promoveu, em 2005, audiências públicas e organizou comitivas para debater a situação da educação no Estado.

O secretário estadual da Educação, Gabriel Chalita, compareceu à audiência pública para discutir o retorno das cinco horas-aula no período noturno. Ele respondeu também sobre repasse de verbas aos municípios para transporte escolar e sobre um acompanhamento mais direto do programa Escola da Família, pelo qual as escolas da rede estadual ficam abertas à comunidade para atividades culturais e de lazer, nos finais de semana.

Audiência pública realizada na Câmara Municipal de Piracicaba reuniu cerca de 120 pessoas para debater a violência nas escolas. Houve, ainda, encontros para discussões sobre a política de reserva de vagas no ensino superior para alunos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, criação de mais Fatecs no Estado, obrigatoriedade da manutenção de cursos técnicos em escolas públicas, instituição de política de informação e prevenção sobre uso de álcool e drogas nas universidades públicas e privadas, e o aumento das horas-aula no período noturno.

Em agosto, mais de 500 educadores da rede estadual compareceram à audiência pública para discutir a proposta de reajuste salarial e a de exigência de curso superior para o concurso de professor de educação básica.

RELAÇÕES DO TRABALHO

Presidente » Mauro Bragato (PSDB)
Vice-presidente » Hamilton Pereira (PT)

Célia Leão	PSDB
Souza Santos	PL
Nivaldo Santana	PCdoB
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Sebastião Arcanjo	PT
Maria Lúcia Prandi	PT
Maria Lúcia Amary	PSDB
Havanir Nimtz	PSDB
Roberto Alves	PTB
Arthur Alves Pinto	PL
Ana Martins	PCdoB

A Comissão de Relações do Trabalho, presidida pelo deputado Mauro Bragato (PSDB), durante o ano de 2005, recebeu pleitos e reclamações de representantes de trabalhadores de vários segmentos.

Funcionários de casas lotéricas de Presidente Prudente e região reclamaram das condições de trabalho, pioradas com a ampliação da oferta de serviços por esses estabelecimentos: trabalha-

Integrantes da Comissão de Serviços e Obras acompanharam, em 27 de outubro, exposição do secretário estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, Mauro Arce, sobre o processo de privatização da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista



dores rurais e colhedores de laranjas da região de Araraquara protestaram contra o empobrecimento geral daquela região em razão de falta de investimento público no setor.

Empregados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, subordinados ao secretário estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania, representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, de São José dos Campos, da empresa Engenharia e Construções CSO Ltda. e do DER, bem como funcionários da Fundação Procon, que se encontravam em greve, solicitaram a intervenção dos parlamentares nas negociações salariais.

A comissão debateu, ainda, a defasagem das aposentadorias e pensões dos aposentados da extinta Fepasa e a demissão de funcionários da Preserve Segurança, que desrespeitou acordo firmado com o sindicato da categoria. Aprovou moção que apela ao presidente da República para instalar um escritório da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Portuário em Santos.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Presidente » Valdomiro Lopes (PSB) Vice-presidente » Arnaldo Jardim (PPS)

EFETIVOS	PARTIDO PARTIDO
José Zico Prado	PT
Antonio Mentor	PT
João Caramez	PSDB
Eli Corrêa Filho	PFL
Campos Machado	PTB
Souza Santos	PL
Jorge Caruso	PMDB
SUBSTITUTOS	PARTIDO
SUBSTITUTOS Enio Tatto	PARTIDO PT
Enio Tatto	PT
Enio Tatto Vicente Cândido	PT PT
Enio Tatto Vicente Cândido Rodolfo Costa E Silva	PT PT PSDB
Enio Tatto Vicente Cândido Rodolfo Costa E Silva Marcelo Bueno	PT PT PSDB PTB
Enio Tatto Vicente Cândido Rodolfo Costa E Silva Marcelo Bueno Roberto Morais	PT PT PSDB PTB PPS

Presidida pelo deputado Valdomiro Lopes (PSB), a comissão ouviu o presidente do Metrô, Luis Fraize, que prestou esclarecimentos sobre o andamento das obras nas linhas 2 e 4, bem como sobre o desabamento de túnel em construção no bairro de Pinheiros, zona oeste da capital. Recebeu também o secretário estadual dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, e o presidente da EMTU, Joaquim Lopes, para explicarem processo de licitação para concessão de linhas de ônibus intermunicipais, extensão do Rodoanel e CPTM. Fernandes falou também sobre as obras de implantação de trem de alto desempenho entre Campinas e São Paulo.

A comissão debateu projeto de lei que dispõe sobre descontos no valor de travessia por balsas no litoral paulista; outro que proíbe as locadoras do Estado de utilizar veículos licenciados em outros Estados; o que assegura isenção de pagamento de tarifa no sistema de transporte coletivo aos pacientes de insuficiência cardíaca; e o que regulamenta o serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento.

FFFTIVOS

Presidente » Romeu Tuma (PMDB) Vice-presidente » cargo vago

DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

	TAITIE
Carlinhos Almeida	PT
Antonio Mentor	PT
Wagner Salustiano	PSDB
Edson Ferrarini	PTB
Souza Santos	PL
Afonso Lobato	PV
Ana Martins	PCdoB
SUBSTITUTOS	PARTIDO
Sebastião Arcanjo	PT
Sebastião Arcanjo Milton Flávio	PT PSDB
Milton Flávio	PSDB
Milton Flávio Milton Vieira	PSDB PFL
Milton Flávio Milton Vieira Marcelo Bueno	PSDB PFL PTB
Milton Flávio Milton Vieira Marcelo Bueno Arthur Alves Pinto	PSDB PFL PTB PL
Milton Flávio Milton Vieira Marcelo Bueno Arthur Alves Pinto Paulo Sérgio	PSDB PFL PTB PL PV

PARTIDO

Com base em denúncias de existência de irregularidades praticadas por empresas concessionárias de energia elétrica, a Comissão de Defesa dos

Direitos do Consumidor, presidida pelo deputado Romeu Tuma (PMDB), realizou, durante o ano de 2005, um ciclo de audiências públicas com o objetivo de avaliar os serviços prestados por tais empresas no âmbito do Estado, dentre elas CPFL, Eletropaulo, Bandeirante e Elektrouma.

Para prestar contas sobre atendimento aos usuários de telefone, foram recebidos os presidentes das empresas Telefônica, TIM e Claro.

No primeiro semestre, a comissão realizou audiência para debater decreto regulamentado pela Anvisa, que tratou da venda fragmentada de medicamentos nas farmácias, bem como promoveu debates sobre a cobrança de estacionamentos em shopping centers.

PROMOÇÃO SOCIAL

Presidente » cargo vago Vice-presidente » Maria Lúcia Prandi (PT)

ELE IIA 09	PAKTIDU
Ana do Carmo	PT
José Carlos Stangarlini	PSDB
Analice Fernandes	PSDB
Afonso Lobato	PTB
SUBSTITUTOS	PARTIDO PARTIDO
Renato Simões	PT
Renato Simões João Caramez	PT PSDB
João Caramez	PSDB
João Caramez Maria Lúcia Amary	PSDB PSDB

Competente para opinar sobre proposições e assuntos que digam respeito ao desenvolvimento comunitário, aos estabelecimentos sociais e à imigração, bem como sobre todas as medidas de promoção humana, a Comissão de Promoção Social analisou e elaborou pareceres sobre diversas propostas, dentre elas, o projeto de lei 799/2004, que assegura gratuidade para realização de exames de DNA; o que institui o Programa Acolher. Outro destaque foi a aprovação do projeto que obriga a reserva de apartamentos em conjuntos habitacionais públicos a idosos e portadores de deficiência.